

HABEAS CORPUS Nº 567.978 - MG (2020/0072756-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : VINICIUS PAPA SOARES
ADVOGADOS : RENATO MARTINS MACHADO - MG096403
THIAGO PIRES SILVA CARNEIRO - MG125140
VINICIUS PAPA SOARES - MG183978
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JUAREZ CAMILO CARLOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de JUAREZ CAMILO CARLO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.20.023516-6).

Consta dos autos que foi o paciente denunciado pela suposta prática das condutas descritas nos arts. 89 e 90 da Lei n. 8.666/1993 (dispensa de licitação fora das hipóteses legais e frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório), bem como no art. 340 do Código Penal (comunicação falsa de crime ou contravenção).

Em 24 de outubro de 2018, a Magistrada singular recebeu a peça acusatória e decretou, na mesma ocasião, a prisão preventiva do paciente.

Em 21 de janeiro de 2019, a defesa pediu fosse relaxada a custódia cautelar. Todavia, o pleito foi indeferido em 1º de fevereiro de 2019.

Ainda inconformada, impetrou a defesa *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Porém, os desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Criminal denegaram a ordem.

Retornando os autos à primeira instância, novo pedido de relaxamento da prisão preventiva foi formulado, durante a audiência de instrução.

Entretanto, a Magistrada manteve a medida excepcional.

Diante desse cenário, em 2 de março de 2020, a defesa impetrou novo *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Geras.

O pedido emergencial foi indeferido.

Superior Tribunal de Justiça

Motivada pela Portaria Conjunta n. 19/PR-TJMG/2020, publicada com o objetivo de conter a disseminação do COVID-19, a defesa buscou fosse reapreciado o pedido liminar.

Porém, em 20 de março de 2020 o pleito foi indeferido.

Daí o presente remédio constitucional, no qual reitera a defesa a necessidade de relaxamento da prisão cautelar do réu.

Destaca, a propósito, além das recentes determinações do Poder Público, motivadas na atual situação de pandemia, a condição de hipertenso do paciente, bem como a falta de fundamentação concreta da decisão proferida pela autoridade apontada como coatora.

Pondera que os fatos narrados na denúncia foram supostamente praticados em 2017, assinalando a ausência de contemporaneidade da prisão cautelar. Esclarece que os ilícitos foram em tese perpetrados pelo réu enquanto Vereador do Município de Santa Bárbara, cargo público cassado em 2018, situação bastante a afastar o risco de reiteração delitiva.

Diante disso, pede, liminar e definitivamente, seja relaxada a custódia cautelar, *"por ser medida ilegal, com a expedição do competente alvará de soltura"* Alternativamente, busca seja a prisão preventiva substituída por medidas cautelares menos severas, nos moldes do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade – enunciado 691 da Súmula do STF, o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO
CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...] 3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016)

No caso em desfile, o pedido de reconsideração foi indeferido pelo Desembargador relator do *habeas corpus*, tendo em vista a ausência de manifestação do Magistrado singular acerca da matéria, conclusão consentânea à jurisprudência desta Corte. Desse modo, não diviso teratologia evidente a justificar a superação do disposto no enunciado 619 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Entendo, desse modo, que o pedido necessita de averiguação mais profunda pelas instâncias ordinárias, que deverão apreciar os argumentos apresentados pela defesa, bem como as provas juntadas no momento adequado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator